



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ATA DA 865ª (octocentésima sexagésima quinta) Sessão do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção de Pernambuco, realizada em 11 de junho de 1991.

Às 17:00 (dezessete) horas do dia 11 (onze) de junho de 1991 (mil novecentos e noventa e um), na sede seccional, situada à Rua do Imperador D. Pedro II, nº 235, Recife/PE, reuniu-se em Sessão Extraordinária o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a presidência do Conselheiro Jorge da Costa Pinto Neves e secretariada pelos Conselheiros Hédio Fernando Montenegro Burgos e Edla Magalhães Lyra. Presentes, ainda, os seguintes Conselheiros: Albérico Gomes Guerra, Ana Maria Oliveira de Moura, Antonio Henrique Cavalcanti Wanderley, Antonio Miranda de Oliveira Correia, Aurílio Amorim Araújo, Célio Avelino de Andrade, Clóvis Ribeiro do Rêgo Melo, Edilson Fernando Tavares de Araújo, João Pinheiro Lins, Joaquim Bezerra de Medeiros, Laura Cândida Dubourcq de Barros, Luiz Carlos Álvares de Andrade, Marconi Catulo da Silva Dourado, Maria Rollemberg Barreto Freire, Mozart Cordeiro, Nicodemus Lopes Pereira, Otávio Garibaldi Pinto e Rogério Neves Baptista. Ausentes, portanto, os Conselheiros Marcelo Antonio Brandão Lopes e João Belarmino Filho. Ausente, também, o Conselheiro Ricardo Estevão de Oliveira, que pediu licença do Conselho, por tempo indeterminado, nesta data. O Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes justificou sua ausência à Sessão, através de telegrama lido no Expediente. Presentes os membros natos Dorany de Sá Barreto Sampaio e Joaquim Correia de Carvalho Junior. Antes de iniciar os trabalhos desta Sessão, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves convidou a tomar posse o Conselheiro Nicodemus Lopes Pereira, que encontrava-se de licença, tendo em vista haver-se candidatado a uma vaga de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, para a qual foi nomeado o Des. Arthur Pio dos Santos, em 23 de maio do corrente ano. Após o que, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves pediu ao Conselho que deliberasse sobre a escolha do advogado que substituirá o Conselheiro Ricardo Estevão de Oliveira, cujo pedido



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

-2-

de licença por tempo indeterminado se encontra no Expediente desta Sessão. Para o lugar do Conselheiro Ricardo Estevão de Oliveira foi sugerido o nome do advogado Raimundo Gomes de Barros. Colocado em votação, foi o mesmo provado por unanimidade. O Conselheiro recém-eleito Raimundo Gomes de Barros, presente à Sessão, tomou posse. Em prosseguimento, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves solicitou ao 1º Secretário Hêlio Fernando Montenegro Burgos que procedesse a leitura do Expediente. O Expediente constou do seguinte: 01) Telegrama dos Srs. Antonio Roberto Farias e Antonio Mário de Abreu Pinto, congratulando o Conselho pela brilhante indicação do advogado Arthur Pio dos Santos Neto para compor a lista sêxtupla encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. 02) Ofício nº 771/91, da OAB, Secção do Rio de Janeiro, comunicando a imposição por aquele Conselho das penas aos advogados cuja relação segue em anexa. 03) Ofício Circular nº 005/91, da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, informando que a Dra. Isabel Guimarães da Câmara Lima foi nomeada para exercer o cargo de Procurador-CHefe daquela Procuradoria, tendo como substituta a Dra. Dalva Rodrigues Bezerra de Almeida. 04) Ofício SD.91/04967, da OAB, Secção de São Paulo, comunicando que a pena de suspensão do exercício profissional aplicada ao advogado Dante Antonio Giglio, comunicada a esta Presidência através do ofício nº SD.90/03540, foi considerada cumprida em 29 de março p.p. 05) Ofício Circular nº 006/91-CP, do Conselho Federal da OAB, solicitando o encaminhamento de sugestões para a reformulação do Provimento nº 67 daquele Conselho, que trata do procedimento para indicação de advogado em lista sêxtupla para o cargo de Desembargador dos Tribunais de Justiça. Num aparte, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves salientou sobre a importância do assunto e enfatizou a necessidade desta Seccional realizar um estudo mais aprofundado da matéria e, se for o caso, apresentar sugestões. Para tal, o Sr. Presidente nomeou como relator da matéria o membro nato Joaquim Correia de Carvalho Junior. 06) Telegrama do Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes, justificando sua ausência à Sessão realizada nesta data. 07) Ofício nº 516/91, da OAB, Secção do Rio Grande do Sul, comunicando que foi aplicada ao advogado João Gilberto Lockmann, a pena de suspensão do exercício profissional pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis até a efetiva prestação de con-



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

-3-

tas por infração disciplinar ao art. 110, II e 113, § 2º do EOAB. 08) Ofício nº 14/91, da Subsecção de Caruaru, solicitando ao Conselho o desenvolvimento de gestões junto à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado para implanatação de um Tribunal de Pequenas Causas naquela Cidade. 09) Expediente do Clube dos Previdenciários de Pernambuco, encaminhando cópia dos ofícios nºs 06 e 07/91, enviado por aquele Clube à Comissão Especial de Fiscalização e Controle da Previdência Social e Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, do Congresso Nacional, sobre denúncias de irregularidades no âmbito da Previdência Social. 10) Expediente do Conselheiro Ricardo Estevão de Oliveira, solicitando licença do Conselho por tempo indeterminado, esclarecendo que tal pedido deve-se a motivação de ordem estritamente profissional, com viagens constantes e a ausência do colega Maurício Rands Coelho Barros, o que o tem impedido de desenvolver satisfatoriamente as tarefas a ele atribuídas. 11) Ofício Circular nº 011/91, da OAB, Secção de Santa Catarina, comunicando que foi aplicada ao advogado José Lino Batista, inscrito naquela Secção sob o nº 2715, a pena de suspensão do exercício profissional, que deverá vigorar até que o mesmo preste contas ou devolva as importâncias recebidas corrigidas monetariamente. Após o que, pediu a palavra o Conselheiro Nicodemus Lopes Pereira para, com referência aos pronunciamentos do Exmº Sr. Governador do Estado Dr. Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti no que diz respeito à possibilidade de negligência dos advogados que atuam na defesa dos processos trabalhistas que envolvem o Estado e seus servidores, prestar seu testemunho sobre o zelo e a dedicação dos profissionais do Direito da Companhia de Eletricidade de Pernambuco - CELPE. Em prosseguimento, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves determinou que se iniciassem os trabalhos da Ordem do Dia. A ORDEM DO DIA constou do seguinte: 01) Processo nº 01/91-CEI, representação de interesse da Sra. Maria Guiomar de S. C. Miranda contra o Sr. Nivaldo Cordeiro. Decidiu o Conselho, por unanimidade, acompanhando o parecer da Comissão e acatando a sugestão do membro nato Joaquim Correia de Carvalho Junior, enviar o processo à Comissão de Ética e Disciplina, para as providências de levantamento de empresas de cobrança que ferem os dispositivos do Provimento nº 69, do Con



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

-4-

selho Federal da OAB. 02) Processo nº 01/91-CDA, de interesse do Bel. Waldomiro Brilhante da Nóbrega, relatado pelo Conselheiro Albérico Gomes Guerra. Decidiu o Conselho, por unanimidade e contrariando o parecer da Comissão, que o processo estava prejudicado tendo em vista que o assunto já foi objeto de ofício ao Exmº Sr. Governador do Estado, determinando que fosse encaminhado ofício ao advogado requerente informando-o dessas providências. 03) Processo nº 08/91-CDA, de interesse do Bel. José Carlos Penha, relatado pelo Conselheiro Albérico Gomes Guerra. Decidiu o Conselho, por unanimidade, contrariando o parecer da Comissão, e acatando sugestão do membro nato Joaquim Correia de Carvalho Junior, converter o processo em diligência, apensando-o ao Processo da Comissão de Ética e Disciplina que tem o mesmo objeto. 04) Processo nº 11/91-CDA, de interesse da Bela. Melba Meireles Martins, relatado pelo Conselheiro Albérico Gomes Guerra. Decidiu o Conselho, por unanimidade e contrariando o parecer da Comissão, enviar o processo para a Comissão de Ética e Disciplina, apensando-o ao lá existente sobre o mesmo assunto, para esclarecimentos. 05) Processo nº 12/91-CDA, de interesse do Bel. Carlos Alberto da Silva, relatado pelo Conselheiro Albérico Gomes Guerra. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, pela remessa de cópia do processo à Secretaria de Segurança Pública para as providências que o caso requer. 06) Processo nº 87/85-CED, representação contra os Béis Joaquim Pinto Lapa Filho e Omar Cruz e Silva, relatado pelo Conselheiro Edilson Fernando Tavares de Araújo. Decidiu o Conselho, à unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, determinar o arquivamento do processo, face à ocorrência da prescrição. 07) Processos da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referentes a pedidos de prorrogação de inscrição provisória no quadro de advogados desta Seccional, de interesse de: Grasiela Maria Rosal Barros, Lêda Cavani Ribeiro de Vasconcelos, Maria do Carmo Souza Melo, Simone Fabrício de Araújo Coelho, Simone Santos Oliveira de Moraes e Vânia Benjamin de Arruda Miranda, relatados pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, deferir os pedidos. 08) Processos da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referentes a pedidos de cancelamento da inscri -



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SEÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

-5-

ção no quadro de advogados, de interesse de Arthur Pio dos Santos Neto e José Milton de Vasconcelos Portela, relatados pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, deferir os pedidos. 09) Processo da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referente a denúncia do Bel. Samuel Riff contra o Bel. Mario Gil Rodrigues Neto, requerendo a incompatibilidade da inscrição deste último, relatado pelo Conselheiro Clóvis Ribeiro do Rêgo Melo. Argüiram suas suspeições os membros natos Joaquim Correia de Carvalho Junior e Dorany de Sá Barreto Sampaio. Presentes os Béis Samuel Riff e Mário Gil Rodrigues Neto, foi concedida a palavra a este último para apresentar defesa. Após o que, usou também da palavra o advogado Samuel Riff. Em seguida, decidiu o Conselho, por unanimidade, que o Bel. Mario Gil Rodrigues Neto exerce cargo que apenas o impede de advogar contra as pessoas jurídicas de direito público. 10) Processo da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referente a desistência do pedido de inscrição no quadro de estagiários desta Seccional, de interesse de Ana Maria Baptista Barbosa, relatado pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, deferir o pedido de desistência. 11) Processo da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referente a pedido de anotação de incompatibilidade temporária, de interesse de Francisco Carneiro de Menezes, relatado pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, deferir o pedido. 12) Processos da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referentes a cancelamentos da inscrição nos quadros de advogados deste Seccional, de interesse de José Geraldo Freire, Maria Cerimar Silva Peres e Paulo Alves de Lima, relatados pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, cancelar as inscrições. 13) Processo da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referente a pedido de inscrição no quadro de provisionados desta Seccional, de interesse de Damião Borges de Lima, relatado pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, indeferir o pedido. 14) Processo da Comissão de Seleção e Prerro



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

-6-

gativas, referente a pedido de inscrição no quadro de advogados desta Seccional, de interesse de Maria de Fátima Braga Ferreira, relatado pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, indeferir o pedido. Decidiu, ainda, o Conselho pelo envio de ofício à Corregedoria do Estado, solicitando os nomes dos juizes e oficiais de Justiça do Estado, visando o cancelamento de suas inscrições, dada a incompatibilidade desses cargos com o exercício da advocacia, assegurada, obviamente, ampla defesa aos mesmos. 15) Processo da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referente a pedido de inscrição no quadro de advogados desta Seccional, de interesse de Sócrates Otávio de França e Silva, relatado pelo Conselheiro Antonio Miranda de Oliveira Correia. Decidiu o Conselho, por unanimidade e contrariando o parecer da Comissão, deferir o pedido de inscrição, com a anotação da incompatibilidade temporária. 16) Processos da Comissão de Seleção e Prerrogativas, referente a pedidos de inscrição no quadro de advogados desta Seccional, de interesse de Jairo Maia de Souza, Maria Alice Farias Pimental e Maria Eliene Menezes de Oliveira Barros, relatados pelo Conselheiro Marcelo Antonio Brandão Lopes. Decidiu o Conselho, por unanimidade e acompanhando o parecer da Comissão, indeferir os pedidos. 17) Parecer da Conselheira Laura Cândida Dubourcq de Barros, sobre registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia, relatado pela mesma. Decidiu o Conselho, por unanimidade, aprovar o referido parecer. Em seguida, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves pediu ao Conselho que elegessem os membros do Tribunal de Ética desta Seccional. Após amplo debate, foram eleitos, à unanimidade: Romualdo Marques Costa, Miriam de Sá Pereira, Petronilo Maria Santa Cruz de Oliveira, José Carlos Cavalcanti de Araújo e Aluisio José de Vasconcelos Xavier. Após o que, trouxe à deliberação do Conselho a eleição de uma personalidade a ser homenageada com a Medalha Helder Câmara de Direitos Humanos. Após sugestões, foi eleito, à unanimidade o Ministro Evandro Lins e Silva. Franqueada a palavra, dela quis fazer uso o ex-conselheiro José Carlos Cavalcanti de Araújo, que agradeceu ao Conselho a indicação de seu nome na lista sêxtupla encaminhada ao Tribunal de Justiça do Estado para concorrer a vaga de Desembargador originada com o falecimento do Des. An



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

SECÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

-7-

tonio de Brito Alves. Em seguida, o Sr. Presidente Jorge da Costa Pinto Neves comunicou ao Conselho o falecimento dos advogados Fernando Cabral Pimentel e Silvio Santos Curado, solicitando encami - nhamento de ofício às famílias enlutadas. Aprovado. Nada mais ha yendo a tratar, foi suspensa a Sessão pelo tempo necessário à la - vratura da presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai assina da pelo Sr. Presidente e Secretários da Sessão.

Sala das Sessões, 11 de junho de 1991

JORGE DA COSTA PINTO NEVES
PRESIDENTE

HÉLIO FERNANDO MONTENEGRO BURGOS
1º SECRETÁRIO

EDLA MAGALHÃES LYRA
2ª SECRETÁRIA